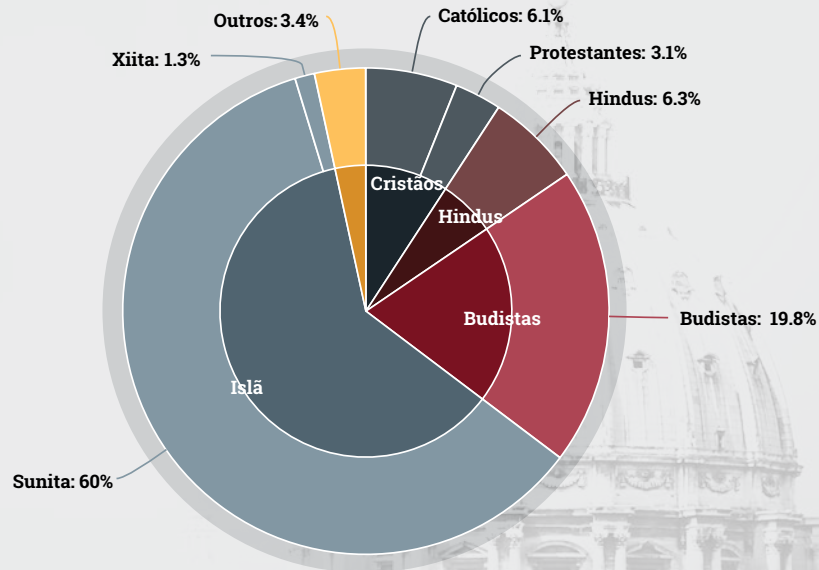


Malásia



“Quero reiterar a posição do Governo de que vamos continuar os nossos esforços para garantir que nenhum malásio vai ser deixado para trás à medida que progredimos como nação avançada e permanecemos firmes na defesa da liberdade religiosa, tal como consagrada na nossa Constituição.” Estas são as palavras do primeiro-ministro malásio, Najib Razak, no seu blog em 24 de dezembro de 2015, um feriado público para todos os malásios. Na sua mensagem desejava um feliz Natal a todos os cristãos do país.^[1] Através desta mensagem, e de mensagens semelhantes que o primeiro-ministro dirigiu a outras comunidades religiosas nos seus principais dias festivos, pode-se ver que a Malásia está sendo fiel à sua reputação de país muçulmano liberal e tolerante. No entanto, a realidade é um pouco mais complexa.

DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

De acordo com a Constituição, o Islamismo é “a religião da Federação”.

A religião e a política nunca estão longe uma da outra na Malásia, um país cuja Constituição, no artigo 11º, afirma que

“cada pessoa tem direito a professar e praticar a sua religião, mas ao mesmo tempo (cláusula 4) confere à lei estadual e federal o direito de “controlar ou restringir a propagação de qualquer doutrina ou crença religiosa entre pessoas que professem a religião do Islã”^[2]

Esta interpenetração das esferas religiosas e política está em paralelo com um conceito ético de nacionalidade: os textos malásios falam aqui de “raça”. De fato, o artigo 160º da Constituição define um “malaio” como, entre outras, “uma pessoa que professa a religião do Islamismo...” Os malaios, que se diz representarem 55% da população, são definidos como distintos de outras minorias étnicas de origem chinesa e indiana. Embora a maior parte das minorias étnicas originalmente da China e da Índia sejam budistas, hindus ou cristão, são livres de se converterem ao Islamismo. No entanto, a conversão é proibida para os malaios (no sentido étnico do termo, distinto de malásios, que são os cidadãos da Federação da Malásia), pois a apostasia do Islamismo é um crime segundo a lei.

O declínio do *United Malays National Organisation* (UMNO) [Organização Nacional dos Malaios Unidos], o partido no poder desde a independência em 1957, complica ainda mais a situação. Nas últimas eleições parlamentares em 2013, a coligação que representa os partidos da oposição conseguiu na realidade obter uma maioria (50,87% dos votos expressos), enquanto a coligação reinante, o Barisan Nasional, que é dominada pelo UMNO, apenas conseguiu obter 47,38%

[1] Blogue do Primeiro-Ministro Najib Razak: «Merry Christmas and a Happy New Year» (<https://www.najibrazak.com/bm/blog/merry-christmas-and-a-happy-new-year/>).

[2] Constituição da Federação da Malásia (<http://www.jac.gov.my/images/stories/akta/federalconstitution.pdf>).

dos votos.^[3] Apesar da sua maioria, devido à composição das alianças eleitorais e ao sistema de maioria simples, a coligação da oposição, o Pakatan Rakyat, apenas conseguiu obter oitenta e nove dos 222 lugares no Parlamento federal. Entretanto, o Barisan Nasional manteve os seus 133 lugares, embora sem conseguir voltar a obter a maioria de dois terços que tinha perdido nas eleições de 2008.^[4]

Embora enfraquecido no Parlamento, o UMNO conseguiu mesmo assim ultrapassar a coligação da oposição nos anos que se seguiram a 2013.^[5] Mas, a oposição já estava minada pelas principais divisões entre o DAP, um partido que tradicionalmente representa os chineses, um partido rural de fundamentalistas islâmicos (o PAS) e o PKR, o partido da figura carismática da oposição Anwar Ibrahim. Ibrahim tem servido uma pena de cinco anos de prisão desde 2015. Foi acusado de “sodomia”, que é crime na Malásia, com bases inventadas como forma de remover um opositor político.^[6]

Desde as eleições de 2013, o primeiro-ministro Najib Razak continuou perdendo credibilidade. Foi atacado por todos os lados por várias alegações de corrupção. E foi incapaz de explicar o crédito de 610 milhões de euros na sua conta bancária privada.^[7] A situação política deteriorou-se a tal ponto que, em dezembro de 2014, um grupo de vinte e cinco muçulmanos malaios proeminentes, incluindo conhecidos juizes, embaixadores e generais, assinaram uma carta aberta afirmando que o país estava “escorregando lentamente para o extremismo religioso e para a violência”. E expressaram a sua profunda preocupação com um aumento do radicalismo islâmico, uma situação que tinha sido tolerada, e de fato incentivada, pelo Governo através do cálculo político.^[8] Pouco mais de um ano depois, a situação não melhorou e, numa série de comentários críticos, a partir de março de 2016, a revista britânica *The Economist* publicou três artigos decisivos sobre a Malásia. Em um destes artigos afirma-se: “Com o primeiro-ministro Najib Razak, o país está retrocedendo a uma velocidade alarmante. A sua política está podre, a sua economia está com problemas e há sinais preocupantes de que o Governo não está acima das divisões étnicas e religiosas.”^[9]

[3] The Diplomat, 20 de Junho de 2013: «Difficult Post-Election Period Beckons for Malaysia» (<http://thediplomat.com/2013/06/difficult-post-election-period-beckons-for-malaysia/>).

[4] BBC News, 8 de Março de 2008: «Election setback for Malaysia PM» (<http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/7284682.stm>).

[5] Asia Sentinel, 16 de Junho de 2015: «Fundamentalists Sink Malaysia Opposition Pact» (<http://www.asiasentinel.com/politics/fundamentalists-sink-malaysia-opposition-pact/>).

[6] Malaysiakini, 11 de Março de 2016: «Anwar’s plight raised before UN Human Rights Council» (<https://www.malaysiakini.com/news/333642>).

[7] The Wall Street Journal: «Malaysia Controversy» (<http://www.wsj.com/specialcoverage/malaysia-controversy>).

[8] The Diplomat, 25 de Dezembro de 2014: «Malaysia’s Moderate Voices Urge Islamic Law Reform» (<http://thediplomat.com/2014/12/malysias-moderate-voices-urge-reform-in-islamic-laws/>).

[9] The Economist, 5 de Março de 2016: «The Najib effect» (<http://www.economist.com/news/leaders/21693923-not-only-malaysians-should-be-worried-about-rotten-politics-and-divisive-prime-minister?zid=306&h=1b164dbd43b0cb27ba0d4c3b12a5e227>).

INCIDENTES

Entre as medidas governamentais que agitaram a divisão étnica e religiosa esteve um plano realizado em 9 de janeiro de 2015 com o título: “Uma alma, um Corão”, uma iniciativa apoiada pelo Serviço de Informação Islâmica (IIS na sigla inglesa), uma organização islâmica proeminente e influente.^[10] Este programa envolvia a distribuição de um milhão de exemplares do Corão aos não muçulmanos da Malásia. A organização, cujo objetivo declarado era “tornar o Islã conhecido no mundo”, apresentou esta iniciativa como sendo destinada a dissipar os “equivocos” sobre o Islamismo e combater a “Islamofobia” e a noção de que o Islamismo é “uma religião cruel”. O plano era distribuir um milhão de exemplares do Corão, impressos não em árabe mas em tâmil, chinês, inglês e malaio, línguas usadas pelos vários membros da população não muçulmana da Malásia. “Caberá aos não muçulmanos aceitar (os exemplares do Corão) ou não”, afirma o comunicado divulgado pela fundação. E acrescenta que as identidades das pessoas que recebem os exemplares do Corão “não serão reveladas”.

Em um país onde o principal jornal católico foi proibido por usar a palavra *Allah* para se referir a Deus tanto nos artigos em língua malaia como nas Bíblias,^[11] e onde os funcionários alfandegários apreendem remessas de Bíblias da vizinha Indonésia, insistindo que sejam etiquetadas com as palavras “apenas para cristãos”,^[12] a divulgação deliberada do Corão entre os seguidores de outras religiões é um assunto extremamente sensível. O *Malaysian Council of Buddhism, Christianity, Hinduism, Sikhism and Taoism* (MCCBCHST) [Conselho Malásio do Budismo, Cristianismo, Hinduísmo, Sikhismo e Taoísmo] publicou uma declaração em que denuncia esta iniciativa e apela aos não muçulmanos para que se recusem a aceitar qualquer exemplar do Corão que lhes sejam oferecidos.^[13]

Para o MCCBCHST, um órgão que nos últimos anos se tornou o principal interlocutor junto das autoridades sobre assuntos religiosos, a iniciativa do IIS é inaceitável, porque foi realizada “com má fé”. O objetivo declarado da iniciativa,

[10] Eglises d’Asie, 19 de Março de 2015: «Un million d’exemplaires du Coran distribués gratuitement aux non-musulmans» (<http://eglasiemepasie.org/asia-du-sud-est/malaisie/2015-03-19-un-million-d2019exemplaires-du-coran-distribues-gratuitement-aux-non-musulmans>).

[11] Eglises d’Asie, 26 de Janeiro de 2015: «Polémique sur l’usage du mot ‘Allah’: les chrétiens s’inquiètent de la défense de la liberté religieuse» (<http://eglasiemepasie.org/asia-du-sud-est/malaisie/2015-01-26-polemique-sur-l2019usage-du-mot-2018allah2019-les-chrétiens-s2019inquiètent-de-la-défense-de-la-liberté-religieuse/>).

[12] Eglises d’Asie, 26 de Junho de 2014: «Dans l’Etat de Selangor, les autorités religieuses musulmanes s’estiment autorisées à saisir les bibles comportant le mot ‘Allah’» (<http://eglasiemepasie.org/asia-du-sud-est/malaisie/2014-06-26-dans-l2019etat-de-selangor-les-autorités-religieuses-musulmanes-s2019estiment-autorisees-a-saisir-les-bibles-comportant-le-mot-2018allah2019>).

[13] malaymailonline, 9 de Fevereiro de 2015: «Interfaith group cries foul over free Quran, advises non-Muslims against accepting» (<http://www.themalaymailonline.com/malaysia/article/interfaith-group-cries-foul-over-free-quran-advises-non-muslims-against-acc#sthash.JNVG4om2.dpuf>).

nomeadamente o “combate aos equívocos em relação ao Islamismo”, afirma o MCCBCHST, não “tem consistência, porque são os muçulmanos e não os não-muçulmanos que têm falsas percepções” sobre o Islamismo. “São os muçulmanos que estão se dedicando a matar e condenar outras religiões e religiosos. Por isso, é necessário os muçulmanos serem educados nos verdadeiros ensinamentos do Islamismo e não os não-muçulmanos”, insiste o comunicado do MCCBCHST.

A organização continua, mesmo que os malásios muçulmanos resistem firmemente a se unirem com uma religião não islâmica. Estes muçulmanos recorrem ao artigo 11º, cláusula 4, da Constituição Federal, que autoriza o Estado a “controlar ou restringir a propagação de qualquer doutrina ou crença religiosa entre pessoas que professam a religião do Islã”. O MCCBCHST destaca que o que se pretende com este artigo é proteger a fé dos muçulmanos. A máxima “não faça aos outros o que não gostaria que fizessem a você” aplica-se aqui, dizem, acrescentando que nada no artigo acima referido da Constituição autoriza os muçulmanos a propagar a sua fé aos não-muçulmanos. O grupo também descreve a suposição de que os muçulmanos têm o direito de distribuir exemplares traduzidos do Corão aos não-muçulmanos como “ofensiva”, pois um direito semelhante não é dado aos não-muçulmanos.

Vários outros incidentes revelam o desejo das autoridades de permitirem uma tendência radical dentro do Islamismo malásio, para reunir o apoio de um eleitorado muçulmano de outra forma tentado desviar-se de um partido político cansado de décadas de poder ininterrupto. O UMNO, agora aliado do partido islamita radical PAS (anteriormente na oposição),^[14] joga agora abertamente ‘na defesa’ de uma identidade nacional que retrata como islâmica. Em 12 de dezembro de 2015, a *Universiti Teknologi Mara* (UiTM), a maior universidade da Malásia em números, organizou um seminário de estudo, reservado a muçulmanos, destinado a denunciar uma suposta “cristianização” do país.^[15] Os estudantes são recrutados exclusivamente entre os malaios e *bumiputeras* (“filhos da terra”) no âmbito de um programa de “discriminação positiva” destinada a favorecer o progresso econômico e social da seção da população da Malásia considerada como etnicamente malaia.

Este foi o segundo ano consecutivo que a universidade organizou um colóquio deste tipo. Intitulado *Ancaman Gerakan Pemurtadan Kristianisasi* (“A tendência para a apostasia e a ameaça da cristianização”), o seminário foi organizado pela faculdade de estudos islâmicos contemporâneos no campus de Lendu, no sul de Kuala Lumpur, no estado de Malaca. De acordo com Najah Raihan Sakrani, um porta-voz da universidade: “O programa tratou de diferentes assuntos históricos e

contemporâneos, incluindo as ameaças representadas pelo autoproclamado Estado Islâmico, pelos muçulmanos xiitas, pelo terrorismo e de fato também pelas Cruzadas.” De acordo com uma pessoa que participou no seminário e falou ao website de informação Malaysiakini,^[16] um assunto popular foi o uso da palavra Allah na Bíblia em língua malaia, uma questão recorrente de controvérsia nos últimos anos, bem como questões em torno do Papa, dos cristãos na Indonésia e das Cruzadas. Um dos oradores afirmou até que os cristãos estavam tentando converter os muçulmanos para os ajudarem com três questões: “Ouro, Glória e o Evangelho”.

O seminário, que teve a presença de centenas de pessoas, foi reservado a muçulmanos e realizado à portas fechadas. O porta-voz da universidade, Najah Raihan Sakrani, disse: “Os estudantes cristãos foram dispensados, porque não queremos criar controvérsia ou ter pessoas nos acusando de os convertermos ao Islamismo.” Entre os oradores estava um importante membro da polícia do estado de Malaca, um membro do ramo especial da Polícia Real Malásia, um fato mais tarde confirmado e justificado pelo chefe da Polícia de Malaca, que defendeu que era “legítimo a polícia participar em um seminário cujo objetivo era ‘reforçar a fé’ (*akidah*) dos muçulmanos, acima de tudo entre a população estudantil”.

No ano anterior, em maio de 2014, a UiTM tinha gerado polêmica quando organizou outro seminário no seu campus de Shah Alam, perto de Kuala Lumpur, intitulado *Cabaran dan Ancaman Kristianisasi di Malaysia* (“Ameaças e desafios colocados pela cristianização da Malásia”). Um dos oradores tinha até se apresentado como sacerdote católico da Indonésia. Ele “explicou” aos estudantes “o perigo da cristianização” que estava ameaçando o arquipélago do sudeste asiático (Indonésia e Malásia). Também nessa ocasião houve protestos veementes entre as comunidades cristãs da Malásia.^[17]

Quando a UiTM realizou o seu seminário sobre um assunto semelhante dezoito meses mais tarde, houve reações mais inflamadas. Em 17 de dezembro de 2015, a Federação Cristã da Malásia, um órgão que representa todas as comunidades cristãs no país, publicou um comunicado denunciando esta ação “particularmente ofensiva”.^[18] A declaração, assinada pelo Reverendo Eu Hong Seng, presidente da Federação Cristã da Malásia, dizia: “É totalmente inaceitável que uma universidade pública use fundos estatais para realizar atividades que pretendem demonizar uma minoria religiosa.” Hong Seng, que é pastor protestante, reconhece que teoricamente seria possível, em nome da “liberdade acadêmica”, debater essa “suposta ameaça de cristianização”. Contudo, na prática esta forma de debate implicaria uma troca de

[14] Malaysiakini, 20 de Dezembro de 2015: «Umno-PAS alliance a ‘reinvention’ to remain relevant» (<https://www.malaysiakini.com/news/323988>).

[15] Eglises d’Asie, 18 de Dezembro de 2015: «Pour la deuxième année consécutive, un colloque à visée antichrétienne a été organisé dans une université publique» (<http://eglisie.mepasie.org/asia-du-sud-est/malaisie/2015-12-18-pour-la-deuxieme-annee-consecutive-un-colloque-a-visee-antichretienne-a-ete-organise-dans-une-universite-publique/>).

[16] Malaysiakini, 14 de Dezembro de 2015: «UiTM, police host seminar against Christianisation» (<https://www.malaysiakini.com/news/323279>).

[17] Eglises d’Asie, 19 de Maio de 2014: «Un faux prêtre pour dénoncer le supposé danger de la «christianisation» de la Malaisie» (<http://eglisie.mepasie.org/asia-du-sud-est/malaisie/2014-05-19-un-faux-pretre-denonce-le-suppose-danger-de-la-ab-christianisation-bb-de-la-malaisie/>).

[18] Malaysiakini, 17 de Dezembro de 2015: «Christian outrage continues over ‘highly offensive’ UiTM seminar» (<https://m.malaysiakini.com/news/323714>).

argumentos bem fundamentados, enraizados em investigação equilibrada e objetiva, e não se basearia em “afirmações não verificadas e histórias irrelevantes”. A federação apelou a que o Governo “ponha um ponto final” nestas atividades. “À medida que nos aproximamos das celebrações do Natal, lembramos ao Governo da Malásia a sua obrigação constitucional de proteger, promover e defender a liberdade religiosa e as liberdades básicas de TODOS os malásios e não apenas as da maioria muçulmana da população.”

As dificuldades de confrontar os Malásios não estão, no entanto, limitadas a estas campanhas de propaganda destinadas a divulgar o Islã entre os não muçulmanos ou alimentando uma espécie de mentalidade de cerco entre os próprios muçulmanos, com o pretexto de que a sua religião está ameaçada. Elas também se relacionam com a questão de distinguir entre os respectivos papéis dos tribunais civis e da *sharia*. Estes últimos estão qualificados para tomar decisões apenas para muçulmanos, mas os desenvolvimentos sociais modernos, nomeadamente em torno do casamento e do divórcio entre membros de diferentes religiões, por exemplo, podem gerar situações jurídicas que sejam tão insolúveis quanto dolorosas.

Foi esse o caso da decisão do Tribunal de Recurso de Putrajaya, em 30 de dezembro de 2015, relacionado com um casal que se tinha divorciado e que disputava a custódia dos filhos. “Não sabemos se havemos de rir ou chorar quando um tribunal civil aconselha um não muçulmano a recorrer a um tribunal islâmico para defender os seus direitos civis.” Foi este o comentário feito na decisão acima referida pela *Malaysian Indians’ Progressive Association* (MIPAS) [Associação Progressista de Indianos da Malásia], uma organização que defende os interesses da maioria indiana na população malásia.^[19]

O caso envolve dois malásios hindus que se casaram numa cerimônia civil em 1993. Em abril de 2009, o marido, K. Pathmanathan, que tinha se convertido ao Islamismo e assumido o nome Muhammad Riduan Abdullah, foi à casa da família e raptou os seus três filhos: Prasana Diksa (então com 11 meses), Karan Dinish (com 11 anos) e Tevi Darsiny (com 12 anos). Depois, converteu-os ao Islamismo. Em março de 2010, um tribunal civil concedeu a custódia dos filhos à mãe, mas o pai se recusou a aceitar este julgamento, argumentando que um tribunal da *sharia* já tinha lhe concedido a custódia dos filhos a ele. Em Julho de 2013, a sua ex-mulher, Indira Gandhi, obteve um julgamento a seu favor no Tribunal Superior de Ipoh, na capital do estado de Perak, na Malásia peninsular. Os juízes declararam que era inconstitucional forçar um menor a se converter a outra religião sem o consentimento de ambos os pais.

Contudo, em 30 de dezembro de 2015, o Tribunal de Recurso de Putrajaya apresentou o seu veredito em resposta a um

recurso contra o anterior julgamento (de julho de 2013). Num veredito majoritário de dois juízes contra um, o tribunal afirmou em relação a Tevi Darsiny, que agora era considerada como adulta, que dependia da própria jovem decidir sobre a sua fé religiosa. Quanto às outras duas crianças, que ainda eram menores (a mais jovem, agora com sete anos, vive com o seu pai, enquanto a outra, Karan Dinish, vive com a sua mãe), o tribunal afirmou que “a determinação da validade da (sua) conversão à fé islâmica é uma questão de natureza estritamente religiosa e consequentemente pertence exclusivamente à jurisdição de um tribunal da *sharia*.”

O recurso neste caso não tinha sido feito apenas pelo pai das crianças. De fato, cinco outras entidades apoiaram-no: o Gabinete dos Assuntos Islâmicos do Estado de Perak (JAIPK), o Registro de Muçulmanos, o Estado de Perak, o Ministério da Educação e o Governo Federal da Malásia. O número e proeminência das entidades que apoiaram o pai (muçulmano) revelam claramente a importância deste assunto para as autoridades públicas malásias.

Para o advogado que representou a mulher, o assunto é igualmente de importância “capital”, pois revela quantos não-muçulmanos se encontram perante um impasse. É quase impensável que um tribunal da *sharia* decida a favor de uma mulher não-muçulmana que tenta provar a invalidade da conversão ao Islamismo dos seus filhos menores. No entanto, ela, como não-muçulmana, não pode esperar qualquer outra ajuda do tribunal federal, a mais alta autoridade no sistema de justiça civil, quando este reconhece o direito de um pai de converter os seus filhos a outra religião sem o consentimento da sua mulher, mãe deles.

Dos três juízes presidindo ao tribunal, todos eles malásios muçulmanos, o juiz que expressou a perspectiva minoritária a favor da mulher tinha afirmado que “para evitar criar desconfiança e para favorecer a harmonia” entre as comunidades étnicas e religiosas que constituem a Malásia, “todos os malásios devem aderir estritamente aos *Rukun Negara*”, os “princípios da nação” que foram estabelecidos após os violentos motins “inter- raciais” de maio de 1969. Estes princípios afirmam claramente que os tribunais da *sharia* não têm jurisdição sobre os não muçulmanos.

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

A avaliação de casos individuais mostra claramente que a defesa da liberdade religiosa depende da necessidade de estabelecer uma hierarquia clara das leis.

De acordo com a Coligação para Eleições Limpas e Justas, que está próxima da oposição política, o julgamento do Tribunal de Recurso de 30 de dezembro de 2015 é alarmante e o povo Malásio deve questionar a sua validade. Muito para além dos aspectos tragicômicos da saga judicial posta em marcha mais dez anos antes por Indira Gandhi, os juízes

[19] Eglises d’Asie, 7 de Janeiro de 2016: «Une décision de justice relance le débat sur la place des juridictions islamiques dans le système judiciaire malaisien» (<http://eglasie.mepasie.org/asia-du-sud-est/malaisie/2016-01-07-une-decision-de-justice-relance-le-debat-sur-la-place-des-juridictions-islamiques-dans-le-systeme-judiciaire-malaisien>).

do Tribunal de Recurso emitiram um julgamento que esteve “cheio de implicações”, afirmou a coligação. Após a contestação sobre o uso da palavra *Allah* pelos cristãos, este caso na lei civil reabriu o debate sobre o lugar dos tribunais islâmicos no sistema judicial malásio. Mediante uma população mais ou menos inclinada a se deixar prender nos critérios estreitamente definidos de adesão “racial” e religiosa, muitos juristas malásios acreditam que é imperativo que todos os respectivos papéis dos tribunais civis e da sharia no país sejam estritamente definidos, tal como é claramente necessário especificar a hierarquia entre a Constituição federal, as leis federais e as várias leis promulgadas nos diferentes estados da Federação da Malásia.

Perante estas tentativas mais ou menos bem-sucedidas de islamizar a sociedade, as minorias religiosas na Malásia têm razão para estar preocupadas. Com a autoridade política agora enfraquecida, as atitudes sociais para com as minorias religiosas estão se tornando cada vez mais intolerantes. Além disso, os meios de comunicação social que os Malásios ainda têm para sua informação estão agora sofrendo as consequências. Em 14 de março de 2016, o website de informação *The Malaysian Insider* foi encerrado pelos seus patrocinadores “por razões econômicas”.[20] Dado que a imprensa escrita é majoritariamente controlada pelas autoridades no poder, este website tinha se tornado um dos principais canais de informação independente sobre a Malásia.

[20] Channel NewsAsia, 14 de Março de 2016: «The Malaysian Insider closes down 'for commercial reasons'» (<http://www.channelnewsasia.com/news/asiapacific/the-malaysian-insider/2599656.html>).